

XII FORUM DA CRIANÇA E DO JOVEM

SER EM FAMÍLIA

A crise é uma brecha entre o passado e o futuro, talvez, o próprio habitat de toda a reflexão.

Hanna Arendt

Século XXI: o século do cuidar

Cuidar que nas palavras de Leonard Boff,

“ é uma atitude de ocupação, preocupação, responsabilização e envolvimento com o outro; entra na natureza e na constituição do ser humano. O modo de ser cuidado revela de maneira concreta como é o ser humano. Sem cuidado, ele deixa de ser humano. Se não receber cuidado desde o nascimento até à morte, o ser humano destrutura-se, definha, perde sentido e morre. Se, ao largo da vida, não fizer com cuidado tudo o que empreender, acabará por prejudicar a si mesmo, por destruir o que estiver à sua volta. Por isso o cuidado deve ser entendido na linha da essência humana.”¹

¹ Boff, Leonardo (2003). *Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, p.34

A consiliência entre a Pedopsiquiatria e a Justiça

Num momento de grande especialização das várias formas do conhecimento humano, Edward O. Wilson (1998)², um dos maiores naturalistas vivos, defende a necessidade de haver uma unidade dos grandes ramos do saber, propondo que essa unidade seja feita sob a égide do conceito de *consiliência*.

O termo de consiliência foi usado pela primeira vez por William Whewell, em 1840, num trabalho intitulado *The Philosophy of the Inductive Sciences*, onde este autor considerava que a consiliência das intuições aparecia quando uma dada indução, feita para uma certa classe de factos, coincidia com uma outra, oriunda de uma classe diferente de factos.

Aplicar este conceito a duas áreas como a da Justiça e a da Pedopsiquiatria implica equacionar a possibilidade dos especialistas destas duas disciplinas do saber estabelecerem um corpo comum de princípios abstractos, unidos por uma postura de ética prática, que respeite o código ético de cada um destes saberes, de modo a ser encontrado um consenso ético que, tanto respeite a equidade da justiça, como toda a subjectividade inerente à natureza humana, dotada de um cérebro e de um funcionamento psicológico.

² Wilson, E. O. (1998), *Consilience*. Alfred A. Knopf, New York.

Não recusa a indagação, capacidade de nos indagarmos transdisciplinarmente sem pôr a competência profissional de cada um em causa



DA::A! É não ser teimosa, estúpida!!!

Um diálogo “consiliente entre a Justiça, ciência humanista, e a Pedopsiquiatria, ciência da natureza humana, impõe que se procure um sistema unificado de conhecimentos que permita identificar os novos contextos da realidade e que, não só se esforce por encontrar as melhores respostas, como, igualmente, saiba colocar perguntas que expandam o pensamento criativo e o orientem para mais frutíferos conhecimentos, sob a égide do que John Rawls designou por um equilíbrio no pensamento reflexivo.

Perante a necessidade de identificar os novos contextos sociais e familiares, com os quais a Justiça e a Pedopsiquiatria se confrontam quando trabalham em conjunto, um diálogo “consiliente” exige que se tenha uma compreensão muito semelhante da realidade desses contextos.

Esta compreensão impõe que seja utilizado um modelo de interpretação da realidade que sirva, epistemologicamente, a demanda de objectividade da Justiça e o apelo da subjectividade da Pedopsiquiatria.

Tecer os laços da filiação

O homem tem um cérebro social: um cérebro só tem verdadeiramente existência quando está conectado com outro/outros cérebros. Um cérebro humano não existe sozinho. Quando nasce, um cérebro humano só sobrevive se estiver conectado em interrelação com outro/s cérebros. Um cérebro humano alimenta-se com a sintonização relacional – afectiva, social - que estabelece com outro/outros cérebros.



É a amígdala, estúpida!!!

As relações de apego e de vinculação do bebé humano tecem-se pela sintonização afectiva que o bebé estabelece com os adultos cuidadores. É no seio dessas relações de sintonização que o bebé e, depois, a criança pequena, vai construindo a sua capacidade para desenvolver uma sensibilidade própria para os estados do seu self, do seu Eu, através de feedback psicológicos que vai tendo, ao longo dos primeiros anos de vida, com as suas figuras cuidadoras, pais, mas, igualmente, avós, irmãos, educadores, etc.

Desta forma se vão construindo os mecanismos de intersubjectividade que vão dando à criança as ferramentas internas – psíquicas – para ir interpretando, tanto o seu mundo interior, como o mundo que a rodeia, o mundo relacional dos afectos e o mundo situacional, dos acontecimentos de vida.

As crianças começam por aprender a compreender as situações onde intervêm as interacções humanas, ou seja, começam por compreender as coisas e, principalmente, o que as pessoas fazem, especialmente, e como é óbvio, os adultos cuidadores, as suas figuras de apego e de vinculação e com quem constroem laços afectivos profundos. Segundo os neurocientistas (Edelman, por exemplo) o que parece mais provável é as crianças, primeiro, compreenderem as situações e as intenções humanas e, a pouco e pouco, vão compreendendo que o mundo regurgita de intencionalidade, de projecções, de sentimentos, de preconceitos e de afectos.

Deste modo, a criança vai construindo o que o Prof. Damásio chama de Consciência de Si, que permite que a criança dialogue interiormente consigo próprio, sobre o que pode ou não fazer, sobre o que espera que sejam as atitudes dos pais e dos adultos com quem socialmente interage. Com este diálogo, a criança, desde muito cedo, vai construindo narrativas internas que vão tecendo os seus modelos internos do mundo com os quais vai construindo uma grelha de leitura afectiva e social interna alimentada pelas suas relações intersubjectivas e, principalmente, por tudo o que vai observando que os pais fazem e tudo o que eles dizem.

A Família

A Família é o território dos laços de afecto da intimidade por excelência, a que a jurista francesa Michelle Perrot designa por *O nó e o ninho*. As relações familiares estão, sempre carregadas de forte carga subjectiva e de uma grande riqueza em diversas e íntimas vivências insignificantes mas cheias de significado, onde “o que se diz” soa tão importante quanto o “como se diz”,

É o melhor território para a criança vivenciar o entrelaçamento da intersubjectividade que lhe permite ir enriquecendo as suas narrativas interiores com as quais constrói e consolida os seus laços de filiação, de pertença a um grupo alicerçado nos afectos, na intimidade, na solidariedade, nos valores transgeracionais que se transmitem de geração. em geração.

É na subjectividade das diferenças e na intersubjectividade das semelhanças que a personalidade se forma.



É a autonomia e a individuação, estúpida!!

Esta construção de pertença é fundamental para que a criança vá construindo uma identidade pessoal saudável, uma identidade de papel que lhe dão segurança nas suas relações interpessoais, o sentimento de pertença a uma família e os seus mecanismos saudáveis de identificação aos adultos que são afectivamente importantes para ela.

A criança e o/a jovem precisam, também, de construir o seu futuro com esperança, com desafio, sem medo. Têm de ter uma contínua memória de um futuro optimista, (*sem medo da crise, estúpida!!*) de desafio, sem medo permanente para que possa edificar uma auto-estima e uma auto-confiança que lhe permita crescer com respeito pelos outros e com autonomia pessoal que a/o apetreche com boas ferramentas afectivas e intersubjectivas.

A vida familiar, pelas suas disfuncionalidades, não pode agrilhoar a criança e o jovem a sentimentos permanentes de zanga calada, de tristeza, de desapontamento em relação às figuras parentais e de medo que o pai e/ou a mãe deixem de gostar deles.

Parentalidade: conjunto de atribuições de papéis articulados com duas funções que estruturam o psiquismo humano: a função materna e a função paterna. À função materna é atribuída a capacidade de poder reconhecer, acolher, conter, descodificar, nomear as necessidades físicas e emocionais da criança. À função paterna é atribuída a capacidade de poder dar limites à relação próxima com a primeira figura de apego/vinculação (mãe), de poder interditar, instituindo limites, a lei.

É pela continuidade das experiências boas com os pais que a criança se vê existir como objecto de amor. Por isso, é muito importante, para o desenvolvimento psíquico da criança, a presença continua do adulto cuidador dando às experiências emocionais da criança o mesmo envolvimento, sem mudanças bruscas e inexplicáveis para a criança, o mesmo modelo de sintonização afectiva e criando um clima de confiança e de estabilidade.

É pela confiança, que o meio cuidador oferece à criança, que lhe vai possibilitar de se desenvolver de modo integral, com toda a espontaneidade e de forma a que possa adquirir a autonomia do pensamento e da decisão para que, perante as transformações, os contratempos e os imprevisíveis que acontecem ao longo da sua vida, possa ir lidando no dia a dia com o que lhe aparece como desafiador, diferente e desconhecido.

Deste modo, a criança pode ir adquirindo a flexibilidade, a criatividade e a intuição, atributos indispensáveis para um bom funcionamento do aparelho para pensar pensamentos e um bom uso das emoções, indispensável para que adquira a capacidade para usar o raciocínio e para tomar decisões.



É ter capacidade de encaixe sem baixar a cabeça, estúpida!!!

Quando a Família vai a Tribunal

O momento da separação de um casal com filhos é um momento de crise dentro do ciclo vital da família que desencadeia e mobiliza afectos depressivos por perda de um ideal de conjugalidade e de um ideal de estrutura familiar.

Não poucas vezes, o conflito do casal que está concretizado no litígio que vai ser julgado no Tribunal de Família e Menores, contém uma disputa narcísica entre os dois conjugues que atribuem ao poder judicial a capacidade para decidir quem é competente o suficiente para incumbir-se dos cuidados da criança.

Quando as configurações vinculares entre os conjugues são invadidas por vínculos narcísicos e por conflitos muito acesos, a criança corre o risco de ser desconsiderada na sua subjectividade, podendo ficar numa situação de grande desamparo para enfrentar um ambiente que, por vezes, se pode tornar muito desfavorável para o seu desenvolvimento emocional.

O que cada criança precisa, quando os pais se separam é que, ambos, saibam desatar o nó do laço conjugal sem desmoronar o ninho familiar. Saibam gerir, com parentalidade responsável, esta passagem do domicílio conjugal à casa de cada um. Para isso têm de aprender a conviver com as diferenças de educação que existem em cada uma das casas, ajudando a que a criança mantenha o vínculo com as linhagens materna e paterna, vendo-as como diferentes em vez de desvalorizar uma em detrimento da outra.

Os sentimentos negativos que, na grande maioria das situações de ruptura conjugal invadem os dois progenitores, podem involuntariamente, ter efeitos muito negativos sobre a criança devido a reacções destrutivas que podem mostrar perante a sua dor psicológica e perante a sua esperança destruída de ver satisfeitas as suas pretensões que motivaram a ruptura que, muitas vezes, se acompanham de situações de litígio.

Estas reacções destrutivas são a expressão de sentimentos ocultos nos adultos em litígio, sabendo-se que o universo das motivações ocultas ou inconscientes das pessoas envolvidas num litígio que envolve uma criança e/ou uma família é muito complexo e abarca aspectos da psicologia e da psicopatologia que têm, no seu âmago, sentimentos de desamparo e de abandono.



(São as partes más de cada um, estúpida!!!)

Estas motivações ocultas pertencem ao território do mais íntimo da pessoa e, muitas vezes, não são do foro consciente. Elas são o produto da história pessoal com o somatório de todas as suas narrativas e vivências anteriores, “sombra da personalidade” onde existem muitas emoções negativas como a raiva, a inveja, a vergonha, a falsidade, o ressentimento, a lascívia, a cobiça, que ficam abaixo da superfície da personalidade, reprimidas da consciência.



São as partes más de cada um, estúpida!!!

Estas emoções reprimidas começam a formar o seu conteúdo muito cedo na infância e são, em grande parte, o que a criança ouve de negativo, de confuso e de ambivalente sobre si e sobre as pessoas que lhe são afectivamente importantes e que poderá vir a formar um poderoso condicionante psicológico na fase adulta.

Este lado nefasto das vivências da infância, onde se incluem as vivências ligadas a processos judiciais que envolveram situações de conflito entre os pais, combate-se com o processo de individuação inerente a todo o saudável desenvolvimento psicológico.



É o que disse a tua filósofa favorita!

Repete lá outra vez que isso não é nada estúpido!

A crise é uma brecha entre o passado e o futuro, talvez, o próprio habitat de toda a reflexão.

Hanna Arendt

